

HABEAS CORPUS Nº 515.365 - SP (2019/0168051-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ISRAEL MINICHILLO DE ARAUJO E OUTRO
ADVOGADOS : ISRAEL MINICHILLO DE ARAÚJO - SP092712
ISAAC MINICHILLO DE ARAUJO - SP094357
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAFNES BRAGA DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DAFNES BRAGA DE SOUZA - preso temporariamente pela suposta prática do delito de homicídio - contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu pedido liminar (HC n. 2112591-07.2019.8.26.0000).

Irresignada com a prisão temporária, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. O pedido liminar, no entanto, foi indeferido (e-STJ fls. 311/314).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da prisão temporária, previstos na Lei n. 7.960/1989, uma vez que o crime já estaria esclarecido. Aduz que a Magistrada de primeiro grau decretou e manteve a custódia apenas com base na representação da autoridade policial, mesmo após o Ministério Público manifestar-se duas vezes em sentido contrário (e-STJ fls. 3/20).

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão temporária, mediante expedição de alvará de soltura, com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal

Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

Ademais, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

Na origem, a manutenção da prisão temporária do paciente foi

assim fundamentada na decisão liminar do eminente Relator Guilherme de Souza Nucci (e-STJ fls. 313/314):

Em que pese o teor da argumentação concebida pelo impetrante, as circunstâncias apresentadas a análise não autorizam a concessão da liminar alvitrada, providência excepcional, reservada a casos de patente ilegalidade.

Conforme exige a Lei 7.960/89, há prova da materialidade e indícios de autoria, posto ter sido o paciente reconhecido pela testemunha Priscila.

Ademais, o crime de homicídio doloso encontra-se no rol do art. 1º, III, da Lei de regência, estando cumpridos os requisitos formais.

No mais, embora tenha se apresentado voluntariamente à autoridade policial dois dias após os fatos, a prisão temporária se justifica para o término das investigações policiais. Isto porque, conforme esclarece a testemunha Priscila, o paciente conhece sua família, já tendo prestado serviços de contabilidade para a mesma. Há risco, portanto, de eventual coação no curso do processo.

Outrossim, o delito foi praticado em um posto de gasolina, local onde havia diversas outras pessoas, ou seja, possíveis testemunhas oculares dos fatos, sendo necessário conceder-se à autoridade policial tempo razoável para a identificação e oitiva das mesmas.

Em face do quanto exposto, indefiro a liminar alvitrada. Solicitem-se informações à digna autoridade impetrada. Com a resposta, á d. Procuradoria-Geral de Justiça.

É certo que questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

